

**LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA:  
UMA ÁREA DE INVESTIGAÇÃO  
DA LINGÜÍSTICA APLICADA**

*Mônica Saad Madeira* (UNIG)

[monica.saad@bol.com.br](mailto:monica.saad@bol.com.br)

*Simony Ricci Coelho* (UNIG)

[simonyricci@hotmail.com](mailto:simonyricci@hotmail.com)

**1. Introdução**

Este artigo tem como finalidade propor uma reflexão à respeito dos livros didáticos de língua portuguesa e sua breve evolução. E ainda, algumas definições e a criação de órgãos governamentais e/ou decretos responsáveis pelo “material didático”.

Primeiramente, haverá uma retrospectiva sobre livros didáticos de língua portuguesa e algumas definições de diferentes autores. Em seguida, uma análise da lingüística, lingüística aplicada e linguagem enquanto campo de atuação e estudo destas. É relevante na questão da linguagem, a interação como um fator geralmente essencial e contribuidor na sociedade, sendo dela que se constituem as identidades sociais por meio de um discurso polifônico numa visão bakhtiniana, a qual oportuniza várias consciências dialogando no espaço sociocultural.

Finalizando, destacará o livro didático não só como um estudo avaliativo, mas também como um objeto de investigação da lingüística aplicada.

**2. Algumas definições de livros didáticos**

Há poucos trabalhos publicados com definições sobre livros didáticos. Mas, apesar da escassez Tomlinson, citado por Vilaça (2008, p. 6), dizer que material didático é “qualquer coisa que ajude a ensinar aprendizes de línguas”, quando o autor diz “qualquer coisa”, torna-se vaga a definição, explicitando que o importante é quem direciona o material e não este propriamente dito.

O site Qualidade Editorial (19/07/11, p. 6) define livro didático como:

O livro didático surgiu como um complemento aos grandes livros clássicos. De uso restrito ao âmbito da escola, reproduzia valores da sociedade, divulgando as ciências e a filosofia e reforçando a aprendizagem centrada na memorização. E, por longos anos, ele cumpriu essa missão. Hoje, o livro didático ampliou sua função precípua. Além de transferir os conhecimentos orais à linguagem escrita, tornou-se um instrumento pedagógico que possibilita o processo de intelectualização e contribui para a formação social e política do indivíduo. O livro instrui, informa, diverte, mas, acima de tudo, prepara para a liberdade. (Cf. <http://www.qualidadeeditorial.com.br/duvidas.htm>)

O livro surgiu como complemento, mas hoje ele propõe mais que isso, informando e procurando sempre estar atualizado para acompanhar as necessidades do aluno-leitor. E ainda através dos textos oportunos não só a literatura, mas também “diverte” com tirinhas e textos publicitários.

Para Signorini (1998, p. 103) os livros didáticos de língua portuguesa podem ser definidos e/ou estudados como um “objeto complexo”. No entanto, Choppin (1992, p. 37) diz que o estudo deve ser “como um produto de consumo, uma mercadoria”.

Há divergências de definições no que tange ao livro didático de língua portuguesa, é notável a “vontade” ou necessidade de torná-lo homogêneo, que tenha unidade e acima de tudo coerência. A certeza é que este material didático acompanha o professor na sua interação com o aluno auxiliando-o, ou pelo menos é o que se espera, na relação ensino/aprendizagem.

### **3. Histórico parcial do livro didático**

Considerando o livro didático o instrumento de maior acesso e utilizado pelo professor em sala de aula, conforme destacam várias pesquisas acadêmicas, seria fundamental que o professor mantivesse contato com o livro didático desde o início de sua formação, pois conhecendo melhor tal material, poderá examiná-lo, analisá-lo e criar o seu juízo de valor de forma prática para o seu uso.

Em uma retrospectiva resumida, o livro didático na década de 30, com uma proposta para regulamentar a produção e a distribuição de livros didáticos nas escolas como diz Freitag et al (1993, p. 12): “uma política educacional consciente, progressista, com pretensões democráticas e aspirando a um embasamento científico.”

Neste momento, pois, firma-se o nome “livro didático”, compreendido até hoje como, o livro adotado por cada escola, direcionado ao ensino, cuja a intenção é seguir os programas curriculares escolares. Tal definição ocorreu no primeiro momento no Decreto-lei nº 1.006 de 30 de dezembro de 1938 – Art. 2 da seguinte forma:

Compêndios são os livros que expõem total ou parcialmente a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares (...) livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula; tais livros também são chamados de livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual, livro didático. (OLIVEIRA, 1980, p. 12 *apud* OLIVEIRA et al, 1984, p. 22)

A intenção é de regulamentar uma política nacional do livro didático, conforme aponta Oliveira (1984), com esse mesmo decreto foi criado a Comissão Nacional do Livro Didático (doravante CNLD), determinando, dessa forma os primeiros passos para a iniciativa do governo na área de política educacional. A esta comissão, além de outras funções, a de avaliar, investigar e julgar os livros didáticos, viabilizando ou não a autorização para o seu uso ou não nas escolas.

Ressalta-se que a CNLD surgiu na época do Estado Novo, ou seja, num momento de autoritarismo, marcante e polêmico visando sobretudo, a identidade nacional. Vivenciando um momento político, como mencionado, a CNLD era encarregada também da adoção dos livros, mas que atendessem ao espírito de nacionalidade, valorizando mais os aspectos políticos – ideológicos em relação aos pedagógicos. Mesmo com críticas a comissão foi ampliada e atuou com plenos poderes.

Em 1945 o Decreto-lei 8.460 consolidou a legislação 1.006/38 e dispôs sobre a organização e funcionamento da CNLD. A política do livro didático é redefinido em 1976. O decreto-lei nº 77.107 transferiu para a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME) a responsabilidade do Programa do Livro Didático.

Em relação as competências da FENAME, Freitag et alii (1993, p. 15) diz que elas deveriam “definir as diretrizes para a produção de material escolar e didático e assegurar sua distribuição em todo território nacional; formular programa editorial, cooperar com instituições educacionais, científicas e culturais, públicas e privadas, na execução de objetivos comuns.” Com isso, surge a partir daí, ainda segundo Freitag (*op. cit.*) a intenção do governo em vincular o livro didático as crianças carentes. Como constata-se atualmente, os livros didáticos do ensino médio nas escolas públicas e/ou CIEPs são entregues aos alunos no 1º ano e reutili-

zados pelos alunos vindos do ensino fundamental até a sua formação no 3º ano deste ciclo.

Quanto a parte histórica do livro didático no Brasil até a década de 80, conforme citado anteriormente, resume-se em uma sucessão de decretos-lei com propostas governamentais, que de tempos em tempos, surgiam novas comissões. Eram criados órgãos, compostos de assessores e técnicos do governo, não muito familiarizados com a problemática da educação.

Percebe-se, diante desse contexto, que em nenhum momento o professor, participava dos processos de seleção e/ou decisão, pois deveria, já que é um dos principais usuários do livro.

Não bastasse tantas modificações, hoje o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é responsável pelas escolhas dos livros a serem analisados, estabelecendo princípios e critérios. O Ministério da Educação e do Desporto (MEC) criou o Programa Nacional do Livro Didático em 1997 com os seguintes objetivos:

- a) contribuir para socialização e universalização do ensino, bem como para a melhoria de sua qualidade, por meio da seleção, aquisição e distribuição de livros didáticos para todos os alunos matriculados nas escolas das redes públicas do ensino fundamental de todo o País, cadastrados no censo Escolar;
- b) diminuir as desigualdades educacionais existentes, buscando estabelecer padrão mínimo de qualidade pedagógica para os livros didáticos utilizados nas diferentes regiões do País;
- c) possibilitar a participação ativa e democrática do professor no processo de seleção dos livros didáticos, fornecendo subsídios para uma crítica consciente dos títulos a serem adotados no Programa; e
- d) promover a crescente melhoria física e pedagógica dos livros, garantindo a sua utilização/reutilização por três anos consecutivos. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001)

Para tornar prático tais objetivos, o governo expôs formas de ação: a centralizada, através do PNLD e a descentralizada, cabendo às secretarias estaduais de educação. Pelo exposto, nota-se divergências entre os que produzem o livro didático, aqueles que avaliam, examinam e julgam os livros e os que utilizam nas salas de aula, isto é, os professores.

O livro didático é um transmissor de conteúdo (informação), que precisa do professor para realizar a dinâmica ensino-aprendizagem na sala de aula, mas o que ocorre é que muitas vezes percebemos uma incompletude ou heterogeneidade nesta “ferramenta de ensino” tão utilizada e

por tantos anos. O que mais se espera é que o livro didático acompanhe e atenda as necessidades recorrentes ou atuais do aluno que vem a escola buscando algo de novo ou que pelo menos desperte a sua atenção.

Hoje, os livros didáticos estão mais diversificados principalmente nos estudos com os gêneros textuais, viabilizando um material de apoio também interdisciplinar. O cuidado que se deve ter é que este instrumento pedagógico não seja um “exemplário”, que não seja o mesmo com apenas uma nova roupagem, pois assim não haveria evolução ou critério e sim, mudanças de exemplos. A singularidade deixaria de fazer parte para dar espaço aos “plurais”.

#### **4. A contribuição da linguística aplicada no livro didático de língua portuguesa**

A linguística, enquanto ciência busca respostas as diversas perguntas, tais como: Por que a língua humana é única? O que a diferencia das demais? Mas, foi a partir do linguista Ferdinand Saussure, em 1916, que várias áreas da linguística surgiram.

Mussalim e Bentes (2001) dizem que “o objeto de estudo dessa fase da linguística é a língua, concebida simplesmente como um código ou um sistema de sinais autônomo, transparente sem história e fora da realidade social dos falantes.” Anos depois, tal estudo será compreendido de forma abrangente, onde língua/linguagem estarão mais próximas.

Na década de 60, pesquisadores passaram a ter um novo “olhar linguístico”, o tema língua foi adiado dando espaço para a linguagem, num processo de atividade discursiva (análise do discurso, semântica argumentativa, sociolinguística, linguística textual, análise da conversação, entre outras) com diversos fatores envolvidos. A linguística passou a ser entendida no sentido amplo “macro”. No dizer de Daminanovic (2005, p. 188) “O linguista aplicado do novo milênio, passou a compreender o sujeito como múltiplo, contraditório e construído dentro dos diferentes discursos”. Nesse sentido os linguistas observaram as relações sociais do sujeito através da linguagem e se por meio desta irão manter ou modificar suas relações e atitudes na sociedade.

Marcuschi (2005, p. 152), diz: “A língua é um fenômeno cultural, histórico, social e cognitivo que varia ao longo do tempo e de acordo com os falantes: ela se manifesta no seu funcionamento e é sensível ao

contexto.” Sendo assim, as transformações com relação à língua vão acontecendo não só no decorrer do tempo, mas nas relações interpessoais

Segundo Celani (1992, p. 20), “a linguística aplicada (LA) se constitui uma área de pesquisa. No primeiro momento como uma subárea da linguística.” Atualmente, a linguística aplicada é considerada como área interdisciplinar, dedicada na solução de problemas humanos que derivam dos vários usos da linguagem.

Ao falarmos de linguagem escrita e/ou falada e do letramento como prática social, nos conduzirá aos gêneros textuais inseridos nos livros didáticos de língua portuguesa, pois eles se configuram como instrumentos das atividades de linguagem. De acordo com Pereira (2009, p. 114), “Compreender a língua como fenômeno sociointerativo, portanto, dinâmico e mutável, permite perceber a real dimensão do papel dos gêneros textuais constitutivos e reguladores das práticas de letramento em nossa sociedade.” Na verdade, nos comunicamos através dos gêneros (orais ou escritos) e através deles podemos nos constituir como seres “letrados”.

A partir disso, pode-se dizer que o livro didático através da linguagem expressa nos gêneros textuais, torna-se um objeto de estudo da linguística aplicada, pois esta preocupa-se com o ato comunicativo entre os interlocutores, buscando a aproximação do público-alvo – o aluno, com o livro didático, e que este atenda as expectativas não só do aluno, mas do professor no momento de utilizá-lo em sala de aula.

Os gêneros textuais disponíveis nos livros didáticos de língua portuguesa englobam texto e discurso, o uso da língua, a sociedade e as diversas questões culturais, ou de natureza sociocultural.

Segundo Koch (2010, p. 58): “... como qualquer outro produto social, os gêneros textuais não são formas fixas, mas estão sujeitos a mudanças, decorrentes das transformações sociais...” Portanto com a evolução dos gêneros textuais e os avanços tecnológicos, novos gêneros surgem: MSN, e-mail, Orkut, Facebook e outros.

Para Moita Lopes (1996, p. 123); “Há uma preocupação cada vez maior em linguística aplicada com a investigação de problemas de uso da linguagem em contextos de ação ou em contextos institucionais, ou seja, há um interesse pelo estudo das pessoas no mundo”. É fundamental destacar que a linguística aplicada se interessa em estudar as práticas de uso e de aprendizagem da língua, seus problemas e contribuições.

De acordo com Rojo e Batista:

O livro didático de língua portuguesa tem sido utilizado como objeto de investigação, desde a década de 60, na área das ciências da linguagem (letras, linguística, teoria da literatura, comunicação social, linguística aplicada), como bem mostra o resultado de uma pesquisa recente sobre o estado da arte do livro didático no Brasil, em que 37% dos trabalhos pertencem justamente a referida área. (ROJO & BATISTA, 2004, p. 123)

O livro didático de língua portuguesa é “rico” em informações para estudos mais aprofundados dos linguistas enquanto pesquisadores que são, pois é através dele que o aluno poderá abstrair o máximo de conhecimento para a sua vida fora dos muros escolares. A verdade é que as áreas do conhecimento mudam e modificam e novas maneiras de produzir conhecimento são reinventadas, cabendo aos pesquisadores, escolher os caminhos a seguir.

### 5. *Considerações finais*

Este artigo propôs uma reflexão à respeito dos livros didáticos de língua portuguesa enquanto objeto de investigação da linguística aplicada. Destacando que o linguista aplicado teve a sua atuação ampliada estudando várias questões sobre ensino-aprendizagem, no caso do livro didático de língua portuguesa, em especial atenção para a linguagem.

É importante abordar não somente a parte histórica do livro didático de língua portuguesa como também ressaltar o trabalho do autor do livro didático e do professor de língua materna, que não consiste somente em reproduzir e/ou transpor os conteúdos, mas agir e modificá-los quando necessário. Considerando a linguagem e o ensino, a educação assume um grande papel de destaque em relação à formação dos indivíduos quanto ao exercício da cidadania.

A verdade é que as áreas do conhecimento mudam e modificam e novas maneiras de produzir conhecimento são reinventadas, cabendo aos pesquisadores, escolher os caminhos a seguir.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoievski*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CELANI, Maria A. A. Afinal, o que é linguística aplicada? In: PAS-CHOAL, M. S. Z. de; CELANI, M. A. A. (Orgs.) *Linguística aplicada*. São Paulo: Educ, 1992.

CORACINI, Maria José. O processo de legitimação do livro didático na escola de ensino fundamental e médio: uma questão de ética. In: CORACINI, Maria José (Org.). *Interpretação autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira*. Campinas: Pontes, 1999.

DAMINANOVIC, Maria Cristina. O linguista aplicado: de um aplicador de saberes à um ativista político. *Linguagem & Ensino*, Vol. 8, n. 2, 2005, p. 181-196, 2005. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/524662/O-Linguista-Aplicado-do-aplicador-de-saberes-a-um-ativista-politico>>

FARIA, A. L. G. *Ideologia no livro didático*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FREITAG, B. et al. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez, 1993.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Práxis*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

KOCH, Ingedore Vilaça. *Ler e escrever estratégias de produção textual*. São Paulo: Contexto, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programas: Livro Didático – PNLD. Disponível em: <<http://www.fndegov/programas/pnld.htm>>. Acesso em: 18-07-2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Projeto de avaliação de livros didáticos de 1ª a 8ª séries. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/sef/fundamental/avalidid.shtm>>. Acesso em: 18--7-2011.

MOITA LOPES, L. P. da. *Oficina de linguística aplicada: a natureza social e dos educacional processos de ensino/aprendizagem de línguas*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. V.2. São Paulo: Cortez, 2001.

PEREIRA, Regina Celi Mendes; ROCA, Maria Del Pilar (Orgs.). *Linguística aplicada: um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Contexto, 2009.

VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. O material didático no ensino de língua estrangeira: definições, modalidades e papéis. In: *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades da Unigranrio*, vol. VIII, n. XXX, jul./set. 2009.